

OITAVO DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

À semelhança do amigo Ndambi Guebuza, Bruno Langa nega tudo, não se lembra de muitas coisas e faz acusações graves contra magistrados

- No primeiro dia da sua audição, Bruno Langa não foi diferente de Armando Ndambi Guebuza, seu amigo desde o ensino primário e sócios de negócios. Quarto reu (de um total de 19) a ser ouvido no julgamento do escândalo das "dívidas ocultas", Bruno Langa também assumiu uma postura negacionista e revelou ser um homem de "curta" memória. Para além de não se lembrar de muitos factos relacionados com as viagens que efectuou a Alemanha e Abu Dhabi no âmbito do projecto de protecção da zona económica exclusiva, o reu recusou-se a responder a muitas perguntas, sobretudo do Ministério Público.



Bruno Langa foi confrontado com muitos documentos durante a sessão de ontem

- De resto, foi mais uma sessão difícil para a representante do Ministério Público, Ana Sheila Marrengula, que viu muitas perguntas suas a serem respondidas com frases simples como “Não sei”; “Não vou comentar esse assunto”; “Não vou responder a essa pergunta”; “Não vou responder, digníssima”. Convidado pelo Ministério Público a ler relatórios das viagens e actas da sua audição na Procuradoria-Geral da República e do primeiro interrogatório em tribunal para a legalização da prisão, o reu recusou-se terminantemente. E acusou o Procurador Alberto Paulo de o ter ameaçado com prisão durante a primeira audição na PGR.

Mas antes dos “embates” com o Ministério Público, o reu respondeu às perguntas do juiz da causa, Efigénio Baptista. E no início parecia disposto a colaborar. Confirmou ter viajado à Alemanha em Dezembro de 2011, mas disse que foi ao lado do reu Teófilo Nhangumele. Uma vez chegados à Alemanha, encontraram-se com Ndambi Guebuza, com quem ficaram hospedados no mesmo hotel. E disse mais: que cada um ia tratar de assuntos pessoais e que na cidade alemã de Kiel teria visto o reu António Carlos do Rosário. Na segunda-feira, o filho do antigo Presidente da República tinha dito que viajou com o amigo Bruno Langa para Alemanha e não se lembrava do hotel onde ficou hospedado.

O reu Bruno Langa disse que viajou para se encontrar com Jean Boustani no âmbito da parceria que os dois estavam a desenvolver e nega que a viagem tenha sido realizada a-propósito do projecto de protecção da zona económica exclusiva. Questionado como é que conheceu Boustani, o reu respondeu que foi por intermédio de Teófilo Nhangumele. “Boustani era conhecido de Nhangumele e numa das conversas, ele ouviu falar de mim e interessou-se em trabalhar comigo”. À pergunta sobre que tipo de qualificações tem ou que trabalhos de especialidade executava e que teriam suscitado o interesse de Boustani em trabalhar com ele, Bruno não soube explicar. Apesar de insistir que viajou para cuidar de assuntos particulares, o reu admitiu ter ouvido que as despesas da viagem tinham sido pagas pelo Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE). Não soube responder com clareza à pergunta do juiz Efigénio Baptista sobre como é que os serviços secretos pagaram a sua viagem para tratar de assuntos particulares na Alemanha.

Quanto à primeira viagem a Abu Dhabi em Janeiro de 2012, Bruno Langa disse que viajou novamente com Teófilo Nhangumele. Lembrou-se de se terem encontrado com Ndambi Guebuza em Dubai e juntos seguiram para Abu Dhabi, mas cada um com seus interesses particulares. Desta viagem, o reu não se lembra do hotel onde esteve hospedado, alegadamente porque “passa muito tempo”. Foi confrontado com fotos feitas no avião particular onde ele



Bruno Evans Tandane Langa

aparece ao lado de Teófilo Nhangumele e Ndambi Guebuza; fotos feitas durante uma refeição; fotos em que todos aparecem vestidos a sheiks.

O juiz começou a questionar o reu sobre as fotos encontradas nos seus dispositivos eletrónicos apreendidos pelas autoridades. Juiz: “Quem estava no avião?” Reu: “Eu, Armando e Teófilo.” Juiz: “Onde apanharam o avião.” Reu: “Não me lembro, meritíssimo.” Juiz: “De quem é o avião?” Reu: “É um avião alugado.” Juiz: “Quem alugou?” Reu: “Não sei, meritíssimo.” Juiz: “E o senhor de raça branca que aparece numa outra foto, quem é?” Reu: “É Jean Boustani.” Juiz: “Nesta foto com Jean Boustani estão a comer. Onde é aqui?” Reu: “Já não me lembro, meritíssimo.”

Apesar de ter afirmado que trabalhou para Prinvest como consultor na área de imobiliária e hotelaria em Moçambique, Bruno não soube dizer em qual das empresas do grupo, muito menos o valor a receber. “Na altura não sabia quanto é que me iam pagar. Não tínhamos acordado nenhum preço”, disse, em resposta à uma pergunta do

Ministério Público. No fim, disse ter recebido 8.5 milhões de dólares, o mesmo valor que consta da acusação e de comprovativos bancários apreendidos. “A prova está no pagamento que eles fizeram, porque eu fiz o meu trabalho. Ninguém lhe dá dinheiro sem trabalhar”, reagiu, quando questionado se chegou a executar algum trabalho nas áreas de imobiliária e hotelaria para o grupo Prinvest.

O Ministério Público recuperou uma das respostas de Bruno Langa, segundo a qual ele, Nhangumele e Ndambi tinham objectivos distintos nas viagens, tanto à Alemanha, quanto a Abu Dhabi. E a pergunta foi: “Como que é explica que tenha assinado um contrato conjunto com o reu Teófilo Nhangumele e o valor a receber seja similar?” Bruno não foi claro na resposta. “Quando negociou o valor a ser pago pelo Prinvest estava sozinho?” E o reu respondeu: “Eu negocie com Jean Boustani”... Após confrontá-lo com o relatório que menciona um único objectivo na viagem à Alemanha, nomeadamente a protecção da zona económica exclusiva, o Ministério Público pediu que fosse o próprio

reu a ler o documento. “Não vou ler, digníssima. Não vou ler algo que não sei de onde vem. Eu não tenho conhecimento desse relatório”.

O Ministério Público retomou as viagens a Abu Dhabi para questionar ao reu porquê razão o contrato por si assinado versa apenas sobre o projecto de protecção de zona económica exclusiva e nada consta sobre consultoria na área imobiliária e hotelaria. “O contrato não menciona a área imobiliária, mas depois começamos a fazer trabalhos neste sector. O grupo Privinvest estava interessado em investir em muitas áreas em Moçambique. Fizemos muitas consultorias. Estivemos em Pemba e Inhambane, mas alguns negócios acabaram por não acontecer”, explicou-se Bruno Langa.

Questionado se chegou a conhecer Iskandar Safa, o proprietário do grupo Privinvest, o reu respondeu positivamente. “Chegou a participar num encontro em Abu Dhabi em que esteve presente a senhora Batsetsane?”, questionou a representante do Ministério Público, ao que o reu respondeu com um “não sei dizer”. Convidado a ler o relatório sobre a viagem a Abu Dhabi, o reu recusou-se. “Não vou ler esse relatório. Não posso ler documentos que não conheço”.

E foi a magistrada do Ministério Público a ler o extenso relatório da viagem, designada “Missão Moçambique”. O documento descreve ao detalhe todos os aspectos ob-

servados durante a visita aos estaleiros navais do Privinvest, fala da personalidade de Iskandar Safa e das suas conversas sobre negócios e lazer, das reuniões e até refeições que os visitantes tiveram com ele. O relatório é suportado por fotografias e termina com recomendações sobre os passos seguintes, onde se incluem a necessidade de Iskandar Safa viajar a Moçambique para assinar um memorando de entendimento com o então Presidente da República, Armando Guebuza, sobre o projecto de protecção da zona económica exclusiva.

Segundo consta do relatório, Iskandar Safa dedicava particular atenção ao Ndambi Guebuza durante a reunião com o grupo; manifestou interesse na exploração de tântalo em Moçambique; disse ainda que estava interessado em investir na agricultura. Durante a visita, Nhangumele manifestou interesse em ver a sul-africana Batsetsane afastada das negociações sobre o rojecto porque ela já tinha cumprido com a sua missão. Nhangumele justificou que não se tratava de algo pessoal, mas era uma questão estratégica e de soberania de Moçambique. O pedido foi aceite, tanto por Iskandar Safa, como pela visada (Batsetsane).

Depois de terminar a leitura, Ana Sheila Marrengula atirou: “Li o relatório para contrapor a situação de alguns réus estarem negar, negar e negar factos documentados”. E voltou a colocar muitas questões ao reu,

mas as respostas eram quase evasivas. Por exemplo, quanto aos emails extraídos dos seus dispositivos electrónicos, disse que não estava em condições de os reconhecer uma vez estarem no formato impresso. “Eu precisaria do meu Ipad para confirmar os emails”. O Ministério Público perguntou se o reu poderia aceder ao seu email se lhe fosse entregue um computador, mas a resposta foi não. “Só posso aceder aos meus email através do meu Ipad”.

Bruno Langa não quis abordar assuntos relacionados com a forma como aplicou os 8.5 milhões de dólares que recebeu do grupo Privinvest. O Ministério Público estava particularmente interessado em saber porquê razão ele não transferiu valores significativos da sua conta domiciliada em Abu Dhabi para as suas contas em Moçambique, tendo pautado por transferir os valores para outros países como Portugal, Turquia e África do Sul para aquisição de imóveis, a maioria localizados em Moçambique. Outra questão do Ministério Público era de saber porquê motivo o reu não registou os imóveis comprados com o dinheiro recebido do Privinvest em seu nome, deixando-os permanecer em nome do vendedor. “Não vou comentar esse assunto”; “Não vou responder a essa pergunta”; “Não vou responder”, foi assim como reagiu a todas perguntas relacionadas com os seus investimentos.

Bruno acusa o Procurador Alberto Paulo de o ter ameaçado com prisão e diz juiz Délio Portugal discutiu com todos os réus

Um dos momentos mais “quentes” na sala de sessões foi quando o Ministério Público acusou Bruno Langa de ser contraditório nas suas afirmações. Isto, quando foi ouvido na Procuradoria-Geral da República (PGR), ele contou o seu envolvimento no projecto e confirmou os factos de quem vem acusado, mas já no julgamento decidiu negar tudo. Mais uma vez, o Ministério Público pediu que o reu lesse as suas próprias declarações em sede da audição na PGR, mas Bruno Langa voltou a recusar-se. E a justificação não poderia ser mais grave: “Eu disse isso na Procuradoria porque o Procurador Alberto Paulo ameaçou prender-me. Fui obrigado a dizer isso”.

E o Ministério Público reagiu logo: “O senhor está a revelar um facto extremamente grave contra um magistrado de carreira do Ministério Público. O senhor assume essas palavras?” E o reu respondeu que sim. Ana Sheila Marrengula insistiu: “Seu advogado presenciou as ameaças e, ainda assim, permitiu que o senhor



Alberto Paulo foi promovido a Vice-Procurador-Geral da República depois de ter conduzido o processo das “dívidas ocultas”. Na mesma ocasião, Filipe Nyusi reconduziu Beatriz Buchili ao cargo de Procuradora-Geral da República

assinasse um auto de declarações feitas sob ameaças. E ele também assinou. Não apresentou nenhum protesto". Reu: "Sim, digníssima!"

À época, Paulo Nhancale era o advogado de Bruno Langa. Quando foi constituído arguido, seu advogado apresentou uma contestação em nome do seu constituinte e os fundamentos coincidem com o depoimento do Bruno feito na PGR. E juntou documentos relacionados com as

viagens entregues pelo próprio arguido, agora reu. "Digníssima, essa procuração eu não conheço", respondeu quando confrontado com os factos.

E como se não bastasse, as declarações que Bruno Langa fez durante o primeiro interrogatório coincidem com o depoimento feito na PGR. Mas o reu nega que tenha feito declarações durante o interrogatório conduzido pelo juiz de instrução criminal Délio Portugal: "Todo mundo (réus deti-

dos das dívidas) que entrou naquela sala discutiu com Délio Portugal. Não houve nenhuma conversa cordial. Eu discuti com Délio Portugal. Não sei o que aconteceu com essa assinatura. Não sei o que vocês fizeram com essa assinatura. Qualquer pessoa pode assinar. Não fiquei mais do que cinco minutos. Não disse isso ao Délio Portugal", Bruno Langa. O juiz teve que intervir apelando o reu a ficar calmo e a tratar as pessoas com respeito.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

